

Fundos pessoais e familiares do Arquivo da Universidade de Coimbra – ponto de partida para questões e reflexões¹

Personal and family fonds of the Archive of the University of Coimbra – starting point for questions and reflections

GRACINDA MARIA FERREIRA GUEDES
Técnica Superior de Arquivo
Arquivo da Universidade de Coimbra
gracinda.guedes@auc.uc.pt

Artigo enviado em: 22 de fevereiro de 2017
Artigo aprovado em: 30 de maio 2017

RESUMO

Tendo como ponto de partida os fundos pessoais e familiares existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC), o presente artigo versa sobre a importância destes fundos e a especificidade que resulta do carácter singular inerente ao seu produtor. Abordaremos, ainda, a metodologia de análise e o tratamento a que devem ser submetidos, de modo a preservar a sua estrutura e a revelar, através da descrição arquivística, o seu contexto de produção. No decurso desta análise, não deixaremos, ainda, de aflorar as questões e reflexões que, amiúde, ensombram/interpelam o espírito do arquivista no decurso da identificação e organização dos fundos e na sua divulgação.

¹ O presente artigo teve a sua origem na comunicação apresentada na 2ª sessão do Ciclo de conferências e debate: *“Arquivos de Família. Património, Memória e Conhecimento”*, que se realizou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 29 de outubro de 2016.

PALAVRAS CHAVE: Fundos pessoais e familiares; Tratamento documental; Descrição arquivística; Fundos.

ABSTRACT

Taking as its starting point the personal and family fonds existing in the Archive of the University of Coimbra (AUC), this article discusses the importance of these fonds and the specificity resulting from the natural character inherent to their creator. We will also discuss the methodology of analysis and the management to which they must be submitted, in order to preserve their structure and to reveal, through the archival description, their production context. In the course of this analysis, we also want to approach the questions and reflections which often cloud/challenge the mind of the archivist in the course of the identification and organization of the fonds and in their dissemination.

KEYWORDS: Personal and family fonds; Archival processing; Archival description; Fonds.

Introdução

O Arquivo da Universidade de Coimbra tem, na presente data, 27 (vinte e sete) fundos² pessoais e familiares, integrados no grupo a que foi atribuído o código de referência: PT/AUC/PFM³.

² Elegemos o termo “fundo” em detrimento de outros ou de expressões como “arquivo”, “acervo” ou “sistemas de informação”, por privilegiarmos uma terminologia normalizada, adotada pela norma internacional ISAD(G), pelas ODA e pelos documentos técnicos emanados do CIA e da DGLAB.

Para nós, fundo assume o significado expresso na tradução da ISAD(G) – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (CIA, 2002: 13) e, nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007: 302), – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções”.

Este termo foi, ainda, o escolhido pela equipa responsável pela realização do “Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra” (2015) para designar estas entidades arquivísticas.

Por último, “fonds” foi igualmente o termo eleito pelos membros do ICA, constituintes do EGAD, utilizado na redação do documento “Records in contexts: a conceptual model for archival description” (setembro 2016).

Pelas razões expostas, presumimos ser o termo atual e o mais adequado neste contexto.

³ Neste código de referência, PFM corresponde ao grupo de fundos Pessoais e Familiares.

Tal como referido pelos múltiplos autores que abordam esta temática, a diversidade é, muito provavelmente, a característica que melhor singulariza estes fundos. Daqui resulta o consenso que o tratamento de fundos deste género constitui “tarefa nada fácil de realizar”, patente na maioria dos artigos/estudos que a ele se dedicam⁴.

Essa diversidade advém, desde logo, da singularidade inerente à condição humana e às contingências da sua existência – os interesses, as atividades, o percurso de vida, tudo no indivíduo é único e irrepetível; e, por outro lado, do facto de estes arquivos não serem gerados em contexto administrativo, logo, desprovidos de normas ou regulamentos que determinem a produção, gestão e a acumulação das espécies documentais. Por esta última razão, aliás, durante longos anos foi-lhes negado o estatuto de arquivo.

Seguindo de perto LIMA (2016: 3 e ss), só no final da década 50 do século XX, pela mão de T. R. SCHELLENBERG⁵, estes arquivos (considerados pelo autor, na sua totalidade) viriam a adquirir, por fim, este estatuto. Antes dele, autores como JENKINSON (1937)⁶ já tinham considerado a documentação pessoal e familiar como arquivos; porém, da documentação acumulada, apenas eram consideradas as séries associadas ao desempenho de atividades profissionais, em contexto administrativo.

O facto de estes fundos serem considerados como meras coleções – tal como proposto pelo “Manual dos Arquivistas Holandeses”⁷, em 1898, por ainda não terem sido reconhecidos como fundos orgânicos, resultantes das atividades do seu produtor⁸ – e tratadas com recurso às práticas e normas utilizadas nas bibliotecas para o tratamento das coleções bibliográficas, resultou, na prática, na não adoção de procedimentos comuns “coerente com a teoria arquivística”⁹.

Abreu PEIXOTO (2002: 79) refere, ainda, as dificuldades que resultam da imprecisão terminológica, nomeadamente na indeterminação do conceito de *arquivo de família*, o que faz com que, frequentemente, se trate como

⁴ Olga GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: 47), ao abordar a organização destes fundos, caracteriza-os como sendo de “caráter heterogéneo, fragmentário e incoerente formados, na sua grande maioria, por documentos soltos”.

⁵ SCHELLENBERG (2003), *apud* LIMA (2016: 4).

⁶ JENKINSON (1937), *apud* LIMA (2016: 3).

⁷ MÜLLER, FEITH & FRUIN (1973).

⁸ De acordo com Luciana DURANTI (1994b: 332), este facto teve a sua origem na lei romana que determinava que apenas as autoridades públicas podiam ter arquivo; corroborado por Abreu PEIXOTO (2002: 79), que o justifica pelo facto de se tratar de um arquivo criado por “instituição não sujeita a regras administrativas”.

⁹ CAMARGO, 2009: 28.

“arquivo” o “que afinal é verdadeiramente uma coleção ou conjunto de documentos”¹⁰.

Atualmente, reconhecido o estatuto de arquivo pessoal e/ou familiar por parte expressiva da comunidade científica – o que é patente, aliás, na definição de fundo nas normas internacionais do CIA – subsiste, porém, a falta de uniformidade e de normalização das práticas e da terminologia utilizadas no seu tratamento documental¹¹, também evidente na descrição arquivística¹².

Alguns autores atribuem estas dificuldades à diversidade do âmbito e conteúdo destes fundos, bem como ao seu contexto de produção, por se tratar de uma “representação persistente de funções, processos, incidentes, eventos e atividades”¹³.

Ora, sendo este o impedimento, nenhum arquivo poderia ser tratado metodologicamente. Não existem dois arquivos iguais, apesar de haver alguns com semelhanças, decorrentes de contextos funcionais análogos, mas que se cingem às tipologias documentais produzidas, resultantes da similitude das atividades e das estruturas funcionais que cumprem iguais funções. Pode, inclusivamente, haver documentos aparentemente iguais, em vários arquivos; porém, a razão que determina cada um faz dele único no seu contexto.

De acordo com DURANTI (1994), o arquivo é uma “evidência dos atos do seu criador, sendo os documentos a prova desses atos”¹⁴; assim, cada registo é único porque cada ato assim o é!

¹⁰ No AUC, as coleções Belisário Pimenta; Cód. Ref.: PT/AUC/COL/BP e Condes dos Arcos; Cód. Ref.: PT/AUC/COL/CA foram, à data de ingresso, consideradas como sendo fundos; porém, uma análise feita à luz da atual definição de arquivo veio a revelar tratar-se de coleções reunidas pelos seus colecionadores, impelidos por motivações mais ou menos explícitas.

¹¹ Expressão usada por BELLOTTO (2004), muito associada a arquivos permanentes, e vulgarmente utilizada, quer pela comunidade científica, quer entre os profissionais da informação, pretendendo traduzir – *grosso modo* – todo o processo de identificação, organização, descrição e divulgação dos acervos documentais. A PN 4041 (2005: 17) adota a expressão “tratamento arquivístico”.

¹² HEREDIA HERRERA (2010: 165), a respeito da descrição, privilegia a expressão “descripción archivística” em detrimento de “descripción documental”, pela sua “ampliación más allá de los documentos de archivo que dejarán de ser objeto exclusivo de la descripción aunque seguirán siendo obligatorios y prioritarios en esta función y en su proceso, pero ahora habremos de extendernos a los contextos con ellos relacionados, que al convertirse en objetos de la descripción no serán sino unidades de descripción también”. No mesmo artigo a referida autora rejeita, uma vez mais, a adoção de um mesmo método de descrição para arquivos e bibliotecas.

¹³ YEO (2007) *apud* CAMARGO (2009: 28).

¹⁴ DURANTI (1994) *apud* RODRIGUES, 2006: 104. No artigo, Duranti refere que o criador do fundo tanto pode se uma “entidade coletiva, pública ou privada” (...) como “uma pessoa”.

Daqui advém a razão para que cada arquivo – no geral, e pessoal e familiar, em particular – seja irrepitível ou não se tratasse de um conjunto de documentos produzidos e acumulados no decurso da vida do seu produtor, igualmente uno, resultante do “conjunto das suas obrigações, direitos e dos seus gostos”¹⁵.

A sua diversidade deve, ao invés de constituir um problema, ser visto como uma mais valia. A riqueza que alguns destes fundos albergam constitui um verdadeiro manancial de fontes documentais, que permitem complementar as existentes, produzidas nas instituições públicas. Regularmente, revelam-se ainda mais ricas, por não terem sido submetidas a um crivo de “censura”, característico da documentação produzida em contexto administrativo, especialmente a de produtores que desempenharam funções/cargos públicos. Como salienta GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: [11]), “arquivos privados contêm testemunhos e informações que revelam facetas íntimas do seu produtor, mas também a sua projeção social, pública, política, económica, religiosa, ideológica”, entre outras. Como bem refere Terry Cook, “os arquivos são evidências das transações da vida humana” (COOK, 1998: 131).

Por outro lado, em determinadas circunstâncias estes arquivos são a única fonte de informação de acontecimentos relevantes para a constituição da “memória individual e coletiva”¹⁶, memória essa considerada por Fernanda Ribeiro “como fator identitário das pessoas, (...) dos povos e das nações” (RIBEIRO, 2012: 58) quando, por qualquer vicissitude, os arquivos das instituições públicas foram desmantelados ou destruídos, deliberadamente ou não, e irremediavelmente perdidos.

Os arquivos pessoais e familiares existentes no AUC caracterizam-se, tal como os seus congéneres, precisamente por uma grande heterogeneidade.

Distribuídos por cerca de 700 unidades de instalação, os documentos atestam a realização de atos, distribuídos por uma extensão cronológica de mais de sete séculos e meio, de 1221 a 1989.

Quanto mais não fosse pela extensão temporal que abrangem, refletem distintos regimes políticos, épocas de características sociais e culturais muito contrastantes, o que, só por si, já lhes confere interesse e potencial relevância.

As formas de ingresso – as que são conhecidas – foram igualmente distintas, tendo uns sido doados, outros transferidos, comprados, depositados ou legados.

¹⁵ GONÇALVES (1996: 30).

¹⁶ BARROS (1989: 30) *apud* CAMARGO (2009:28).

Nestes fundos, os idiomas mais comuns são português, francês, latim, inglês, italiano, alemão.

Encontramos documentos textuais e não textuais e, no que respeita aos suportes, o papel e o pergaminho são os que mais abundam – surgindo nos mais diversos formatos –, registando-se, ainda, a presença de vidro, película fotossensível, metal¹⁷, couro e tecido.

Tal como já foi anteriormente referido, o âmbito e o conteúdo destes fundos caracterizam-se pela riqueza e diversidade de tipologias documentais, fruto da “singularidade orgânica que lhe confere sentido” e por refletir as “atividades, dinâmica e critérios” do produtor (HEYMANN, 1997: 43).

Sem terem de obedecer a qualquer regulamentação ou controlo que determine a produção e a acumulação¹⁸, as tipologias documentais não podiam ser mais díspares. Assim, surgem algumas muito frequentes e que esperaríamos, com naturalidade, encontrar e autênticas raridades, difíceis, mesmo, de explicar no contexto.

Entre as mais comuns, a correspondência¹⁹ assume grande destaque na grande maioria dos fundos desta natureza (originais recebidos, copiadores e duplicados ou rascunhos da expedida). Quase sempre, revela os contactos que o produtor do fundo havia estabelecido, permitindo vislumbrar relações pessoais, políticas, sociais, económicas, culturais e intelectuais que ajudam, de sobremaneira, à caracterização do produtor, no que respeita aos seus interesses, atividades, valores, crenças, ideologias e redes de contactos. Enquanto a correspondência pessoal, desprovida de grilhões impostos pelo socialmente correto, revela o produtor na sua mais genuína essência, a profissional encontra-se mais condicionada pelos formulários, protocolo das instituições e diplomacia das relações profissionais.

Comuns são, também, os Tombos de Medição e Demarcação²⁰, escrituras de constituição e administração do património pessoal e familiar, instrumentos de linhagem, documentos de concessão de privilégios e bene-

¹⁷ A mero título de exemplo, destacamos o colar e insignias da Ordem de Santiago de Espada e medalhas comemorativas existentes no fundo com o título Alberto Cupertino Pessoa; Código de referência: PT/AUC/PFM/ACP; datas de produção: 1906-1960.

¹⁸ Enquanto a produção é, à partida, uma ação não intencional e, natural, a acumulação depende do empenho do responsável do fundo, como refere HEYMANN (1997: 42 e ss).

¹⁹ A título de exemplo, destacamos o fundo de D. Francisco de Melo; código de referência: PT/AUC/PFM/FM; datas de produção: 1657-1660, o de Francisco Gomes Teixeira; código de referência: PT/AUC/PFM/FGT; datas de produção: 1886-1924 ou o de Joaquim de Carvalho; código de referência: PT/AUC/PFM/JC; datas de produção: 1921-1955.

²⁰ Esta tipologia é dominante no fundo da Casa e Ducado de Aveiro; Código de referência: PT/AUC/PFM/CDA; datas de produção: 1221-1797; datas de acumulação: 15471759.

fícios régios, testamentos, inventários de bens, documentos de identificação e/ou afiliação em instituições públicas e/ou privadas, diplomas que atestam a obtenção de graus académicos e apontamentos escolares da frequência ou preparação de aulas, bem como documentos resultantes do exercício de cargos públicos²¹, desempenho de funções e atividades profissionais.

Abundantes são, ainda, as coleções reunidas pelo produtor, que revelam interesses, projetos de investigação académica ou meros passatempos. Também estas são díspares: manuscritas ou impressas, variando entre apontamentos sobre um determinado tema, referências bibliográficas, transcrição de documentos reunidos, quer por uma temática específica, quer pelo âmbito territorial, recortes de imprensa, coleções de cartões, estampas, gravuras, postais, fotografias, panfletos, marcas-de-água, retratos, livros, entre outras²².

Entre as tipologias menos comuns nestes fundos do AUC, salientamos, a título de exemplo, a presença de uma “*sentença do Santo Ofício aos autos, culpas, confissões e declarações*” do Pe. António Vieira S.j. (1667) uma licença “para que elle possa só curar de Olhos” (1761), integradas no fundo Albino Maria Cordeiro²³, especialmente porque ainda não conseguimos estabelecer relação entre os documentos e o produtor do fundo; o manuscrito original do primeiro Código Civil Português, aprovado por Carta de Lei de 1 de julho de 1867, da autoria de António Luís de Seabra²⁴; uma dissertação manuscrita e uma pasta de quintanista existentes no fundo Júlio da Costa Cabral²⁵.

Um outro aspeto vulgarmente observado nestes arquivos é a presença de documentos que, inquestionavelmente, não pertencem ao fundo, *i.e.* não

²¹ A ilustrar este exemplo, referimos os copiadores de correspondência diplomática, cartas, despachos, memórias, minutas de tratados e convenções (fonte relevantes para o estudo das relações diplomáticas de Portugal com as nações europeias, nas épocas de D. João V e de D. José, bem como para a história dos antigos domínios ultramarinos portugueses, no século XVIII) existentes no fundo com o título Condes da Cunha; código de referência: PT/AUC/PFM/CC; datas de produção: 1648-1906.

²² O fundo Jardim de Vilhena, com 481 unidades de instalação, é dos fundos mais ricos em coleções, de que destacamos: Iconografias dos Reis de Portugal (D. Afonso Henriques - D. Manuel II), gravuras, retratos, postais, impressos relativos a Coimbra e à Universidade; desenhos, rótulos de hotéis, entre outras. Código de referência: PT/AUC/PFM/JV; datas de produção: 1600-1900; datas de acumulação: 1873-1966.

²³ Título do fundo Albino Maria Cordeiro; código de referência: PT/AUC/PFM/AMC; datas de produção: 1554 -1986; data de acumulação: 1840-1934.

²⁴ Título do fundo António Luís de Seabra; código de referência: PT/AUC/PFM/ALS; datas de produção: 1855-1856.

²⁵ Código de referência: PT/AUC/PFM/JCC; datas de produção: 1888-1888.

são parte integrante do conjunto orgânico em estudo, por razões múltiplas e variadas.

A título de exemplo do que acabamos de referir, citemos um Livro de Notas do tabelião Manuel Cardoso (1774-1890), existente no fundo pessoal de Mário Nogueira Ramos²⁶, uma Provisão da Rainha D. Maria a favor da Santa Casa da Misericórdia de Penela (1780), existente no fundo Albino Maria Cordeiro, ou o “Rol de doações e mais títulos do Cabido da Sé de C.^a” [c. Séc. XVIII], existente no fundo António da Rocha Madahil²⁷.

Não sendo evidentes as relações entre estes e os restantes documentos, a sua identificação deve suscitar a melhor curiosidade do arquivista, levando-o a averiguar as possíveis relações entre os documentos e o produtor. Não conseguindo descobrir a relação segura, não deixará de, pelo menos, formular hipóteses e, caso não vislumbre qualquer relação ou hipótese plausível, o documento deverá permanecer no fundo, até que se descubra um motivo para que ali se encontre.

Geralmente, a presença desses documentos pode advir do desempenho de funções²⁸, de passatempos do produtor, de colecionismo, de herança ou de qualquer outra circunstância ou vicissitude.²⁹ Presumindo a legalidade da posse, a legitimidade para que aí permaneçam impõe-nos, desde logo, as seguintes interrogações:

– Será lícito manter uma documentação num fundo com o qual não evidencia relações orgânicas, especialmente quando tal opção determina um vazio/hiato no fundo onde legitimamente deveria estar inserido?

O “Princípio de ouro da arquivística”³⁰ diz-nos que não!

– Até que ponto é que esta documentação fica suscetível de ser recuperada por quem dela necessite?

²⁶ Código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

²⁷ Título do fundo: António da Rocha Madahil; código de referência: PT/AUC/PFM/ARM; datas de produção: 1906-1989; datas de acumulação: 1893/1969.

²⁸ À primeira vista, a presença da Provisão da Rainha D. Maria a favor da Santa Casa da Misericórdia de Penela (1780), no fundo de Albino Maria Cordeiro, poderia estar relacionada com o facto de o produtor do fundo ter exercido funções de provedor desta Instituição. Porém, o desfasamento temporal entre o exercício do cargo e a concessão da provisão afasta-nos desta 1ª hipótese e determina uma averiguação mais detalhada para apurar se este documento efetivamente pertence a este fundo ou ao fundo da Misericórdia, aqui se encontrando por qualquer vicissitude inaudita. Só um estudo arquivístico do fundo poderá (ou não!) esclarecer estas dúvidas.

²⁹ Tão pouco se coloca aqui a questão da legalidade da posse de alguma desta documentação, abrangida por diploma/disposição legal que determina o seu destino, que será abordada oportunamente, num outro artigo.

³⁰ LOPEZ, 2000: 380.

Pela experiência que temos na investigação de fundos, só com grande esforço/tempo de pesquisa ou por mero acaso se consegue recuperar documentos que estejam fora do seu contexto.

– Se é dever do arquivista promover o acesso à informação, estaremos a prestar um bom serviço ao investigador mantendo estes documentos em fundos a que são alheios?

Receamos, igualmente, que não!

Julgamos, portanto, que, uma vez estudado o fundo e confirmada a ausência de qualquer relação entre estes documentos e os fundos em que estão inseridos (arquivisticamente falando), aqueles devem ser integrados no fundo a que legitimamente pertencem, em estrita observância do primordial fundamento da ciência arquivística – “o respeito [pelos] fundos³¹ (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista externo)”³². Esta mudança deve ser meticulosamente descrita: no fundo de destino, no campo “Fonte imediata de aquisição e transferência”, deve ser mencionada a proveniência do documento e, no fundo onde foi encontrado, deve ficar uma nota dando conta dos documentos que foram “retirados” do fundo, seguida da referência completa e inequívoca do fundo onde foram integrados e, havendo necessidade, de uma breve explicação das razões que motivaram essa deslocalização.

Curiosamente, encontrámos nos fundos pessoais e familiares do AUC um exemplo de procedimento como o que atrás preconizamos.

A documentação do fundo Mário Nogueira Ramos³³ veio acompanhada por uma relação de documentos que o próprio designou por “Inventário de manuscritos depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra”³⁴, referindo que estes eram entregues ao AUC, a título de depósito, passando à sua posse à data da morte do produtor. Porém, consciente de que alguma documentação não lhe pertencia por direito, acrescentou: “exceptuam-se aqueles que devem pertencer a Arquivos Especiais, por disposição da Lei. Os quais se consideram desde já entregues”³⁵.

³¹ A proposta apresentada pelo grupo de especialistas em descrição arquivística, reunido pelo CIA (Conselho Internacional de Arquivos), que se encontrou em discussão até setembro de 2016, refere: “the rule of respect des fonds recognizes that the records that one person or group accumulates over the course of his, her, or its existence reflect and document that existence, and that together they constitute an interrelated whole, a coherent body of evidence” (CIA, 2016: 6).

³² DURANTI, 1994: 57.

³³ Código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

³⁴ PT, AUC, Arquivo da Universidade de Coimbra (F), Correspondência recebida de diversas entidades (SR), 1938 – 1943 (UI), Inventário de manuscritos depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra, de 15-10-1938 (DS). Cota: AUC-IV-2ªE-10-3-7.

³⁵ *Idem, ibidem.*

O produtor, notário de profissão e investigador, manifesta assim a importância de preservar a integridade de cada arquivo como “um todo orgânico, que não pode ser desmembrado”³⁶.

O atual estado do tratamento e comunicação dos fundos

No AUC, todos os fundos dispõem de Instrumentos de Descrição – podendo ser: o inventário, o recenseamento, o catálogo ou as guias de remessa – feitos pelos técnicos do AUC ou pelos doadores e/ou produtores do fundo e que permitem aceder às unidades documentais quando solicitada por qualquer pessoa que dela necessite.

Em alguns casos, o tratamento foi sendo feito à medida que os fundos foram dando entrada no AUC, à luz das metodologias adotadas à época, sendo o catálogo o instrumento mais comum³⁷. Noutros, porém, não foram tratados, de todo, servindo a guia de entrega ou o recenseamento feito pelo doador como instrumentos de controlo e recuperação.

Em 1999, a mestre Maria João Padez de Castro publicou o “Guia das Coleções particulares do AUC”³⁸, com a descrição dos fundos e das coleções existentes à data. Seguiram-se outros estudos mais detalhados, igualmente publicados no Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra (BAUC), realizados pela referida autora, pela Dr.^a Ludovina Cartaxo Capelo e pelas mestres Carla Marques e Margarida Dias da Silva, de que resultaram inventários e catálogos de alguns destes fundos, tratados de acordo com as teorias e metodologias atuais, com descrição multinível, feita à luz da ISAD(G) e das ODA. Estes últimos estudos foram publicados no BAUC, agora em suporte digital, podendo ser consultados em: <https://impactum.uc.pt/>.

Para integrar o “Guia de Fundos do AUC”³⁹ – que alberga a descrição de 526 fundos e coleções – foi elaborada uma ficha normalizada de cada um dos fundos pessoais e familiares, com os campos obrigatórios da ISAD(G), para facilitar a difusão da informação e a sua recuperação.

A ficha está, ainda, acessível na plataforma de descrição arquivística Archevo, em: <http://pesquisa.auc.uc.pt/>.

³⁶ MULLER, FEITH & FRUIN, 1973: 33.

³⁷ Destacamos, a título de exemplo, o Catálogo das Cartas de Jardim de Vilhena, publicado por António Rocha Madahil em 1932.

³⁸ CASTRO, 1999: p. 309-327.

³⁹ PAIVA (2015), também acessível em: http://www.uc.pt/auc/fundos/2015_GuiaFundos.

Como procedemos ao tratamento

É nossa firme convicção que a “organização do fundo se faz respeitando-se sua especificidade própria e os princípios gerais da arquivística” (DUCROT, 1998: 151)⁴⁰, que são: o respeito pelos fundos, como já referimos, e o respeito pela “ordem original (ou princípio da proveniência, sob o ponto de vista interno)”⁴¹. Esta, por seu turno é, necessariamente, precedida pela identificação, primeiro do produtor (pessoa ou família), e depois da documentação propriamente dita, dado que, como bem enfatiza Mendo Carmona (2004: 46), a “identificación posibilita la confección del cuadro de clasificación, elemento imprescindible de la organización de un fondo (...) e “favorece la normalización de los instrumentos de descripción y la planificación descriptiva del fondo”.

A adoção de uma metodologia qualitativa analítica – que, aliás, já usámos no tratamento de outros fundos e que também nos parece perfeitamente adequada para estes – permite-nos, numa 1ª fase de análise, “conhecer a instituição produtora e entender o contexto de produção dos documentos”⁴² (produtor, funções, atividades, relações, etc...).

Começamos, então, por averiguar a proveniência, *i.e.*, o responsável pela produção e acumulação do fundo⁴³, recorrendo a alguns exemplos existentes no AUC.

Não raras vezes, estes fundos, inicialmente atribuídos ao seu doador, revelam surpresas.

Umás vezes, trata-se do fundo da família, e não apenas de um produtor singular; noutros casos, ao invés de ser do doador, o fundo é de um familiar, responsável pela sua produção e acumulação; noutros, ainda, o fundo, que se julgava de um só produtor, revela incluir outro(s) fundos⁴⁴,

⁴⁰ GONÇALVES *et al.* (1996: 34) também abordam a aplicação destes princípios aos arquivos de família, subscrevendo a sua adoção.

⁴¹ DURANTI, 1994: 57.

⁴² MENDO CARMONA, 2004: 45.

⁴³ Apesar de já referido anteriormente, julgamos ser este o momento oportuno para relembrar o conceito inequívoco, aqui adotado, de “fundo” – “[c]onjunto de documentos de arquivo, independentemente da sua forma ou suporte, organicamente produzido e/ou acumulado e utilizado por uma pessoa singular, família ou pessoa colectiva, no decurso das suas actividades e funções” (IAN/TT, 2000: 13).

⁴⁴ A lista dos documentos (feita a partir do sumário, presumivelmente com o intuito de elaborar um catálogo) entregues por Albino Maria Cordeiro, que se julgava tratar de um fundo pessoal, além de inúmeros documentos relativos a seus familiares (nomeadamente uns que atestam o exercício de atividades e a constituição de património), revela, ainda, a existência de diversos documentos que apenas fazem sentido se inseridos no fundo da Misericórdia de Penela pelas evi-

normalmente o da sua família e/ou de instituições onde aquele exerceu funções.

No limite, o fundo pode, afinal, revelar-se um conjunto documental do arquivo de uma instituição, sem que exista qualquer ligação (aparente) entre o doador e o produtor do fundo, tal como acontece com o conjunto de documentos doados ao AUC, em 1949, pelo Dr. Sebastião Centeno Fragoso, sendo este, porventura, o colecionador – mas nunca o produtor – destes documentos inéditos; o que se julgava ser o seu arquivo pessoal, o tratamento arquivístico descobriu tratar-se, afinal, de um conjunto de documentos pertencentes ao arquivo do Real Colégio Ursulino das Chagas (de Pereira), já que uns materializavam atos aí celebrados e outros atestavam atividades desenvolvidas, sendo alguns assinados pelos responsáveis do colégio.

Neste caso, a documentação foi descrita no fundo a que pertencia, tendo o doador sido referenciado no campo “fonte imediata de aquisição ou transferência”, já que um investigador que procurasse documentação sobre o referido colégio muito dificilmente iria encontrar estes documentos se estivessem descritos no fundo com o nome do seu doador, por este não evidenciar qualquer relação com a instituição produtora do fundo.

O conhecimento do produtor e dos atos que determinaram a produção documental sobrevém da análise diplomática-arquivística, a qual permite identificar os “laços entre os componentes intelectuais de um documento e os elementos de uma ação específica (...) e mostra todos os tipos de interação entre pessoas e documentos”⁴⁵, feita através da “identificação, procedimento arquivístico que permite reconhecer os elementos inerentes à sua gênese (contexto de produção), que tornam o documento único entre os demais”⁴⁶.

Se a classificação⁴⁷, no nosso entender, é a tarefa mais exigente no tratamento de qualquer fundo, a total ausência de linhas de orientação – no que concerne aos cargos e às funções do produtor e a qualquer meio de disciplinar a produção do seu fundo – transforma a tarefa de classificar os fundos pessoais e familiares num enorme desafio. Daí, julgarmos por bem que esta apenas possa ser elaborada, de forma ponderada, após o cabal

dentes relações que tem com esta Instituição, não as revelando com o presumido produtor do fundo. Assim, a confirmarem-se estas primeiras evidências, ao invés de um fundo pessoal termos um fundo familiar e um de uma Instituição.

⁴⁵ DURANTI, 1994: 61.

⁴⁶ GUEDES, 2015: 26.

⁴⁷ Segundo ESTEBAN NAVARRO (1995: 90), a classificação apoia-se na existência de “certas propriedades ou atributos partilhados por todos os membros de uma dada classe”, referindo-se, a mero título de curiosidade, aos membros de uma família que partilham um sobrenome comum.

conhecimento do produtor e só depois de analisada a totalidade da documentação que temos em nossa posse.

Por vezes, a documentação é insuficiente para o conhecimento do produtor e, nesse caso, há que recorrer a outras fontes, de que falaremos adiante.

O estudo do produtor deverá compreender a biografia, os cargos, as funções, os passatempos, as relações sociais, familiares e/ou de amizade, as atividades científicas e intelectuais, ... e, os “estudos genealógicos” que, no dizer de LIMA (2016: 20), mediante a “reconstituição orgânica da família”, permitem contextualizar a “produção documental”; em suma, tudo o que identifique as origens e o percurso de vida e que caracterize as especificidades do responsável pela produção do fundo.

Sem este conhecimento prévio⁴⁸, a classificação, ao invés de potenciar o acesso à informação⁴⁹, pode causar fortes entraves à localização ou, até, a sua completa ocultação – a antítese do trabalho do arquivista, o que seria inconcebível.

Porém, só excepcionalmente encontramos na documentação as informações necessárias ao conhecimento cabal do produtor. Por regra, tal como já foi suficientemente referido, os documentos que chegam aos Arquivos definitivos são uma parte mínima do que foi produzido/acumulado pelo produtor. Este facto pode decorrer da seleção que o próprio fez ou, mais frequentemente, da que é feita pelos seus herdeiros ou pela fonte imediata de aquisição ou transferência ou, ainda, da dispersão do fundo.

A bibliografia faz referência⁵⁰ a diversas situações em que o próprio produtor faz uma seleção prévia, evidenciando, por vezes, critérios de seleção e, até mesmo, intencionalidades tendentes a exaltar determinadas facetas ou qualidades do produtor e a ocultar outras que considera menos prestigiantes⁵¹. Por vezes, os próprios herdeiros também fazem esta seleção, com o intuito de condicionar o conhecimento do produtor do fundo, eliminando ou colocando em evidência documentos que corroboram as características/atos que pretendem realçar:

⁴⁸ Este conhecimento é necessário para todos os fundos; porém, nos arquivos administrativos, a documentação produzida está, de alguma forma, regulamentada por diploma legal próprio, pelos estatutos, ou é determinado pelo cumprimento das funções. Desta forma, a classificação dos documentos é, de algum modo, facilitada pelo conhecimento da estrutura e pelas funções do produtor, o que não sucede nos arquivos pessoais e familiares, tornando-se este conhecimento fulcral e indispensável para estes últimos.

⁴⁹ É precisamente esta a função que ESTEBAN NAVARRO (1995: 98) associa à classificação, feita mediante a representação e a organização do conteúdo dos documentos.

⁵⁰ Cf. Philipp ARITÈRES (1998); Priscila FRAIZ (1998); entre outros.

⁵¹ HEYMANN (1997: 42 e ss).

Quanto à dispersão dos fundos, ela pode ser promovida pelo produtor⁵² ou pelos herdeiros ou fiéis depositários. Da responsabilidade do produtor são, por exemplo, a distribuição de partes do fundo por distintas instituições, ainda em vida, ou pelo seu legado testamentário. Quando na posse de herdeiros ou fiéis depositários, a fragmentação do fundo pode decorrer de partilhas ou ser movida por questões económicas. Mesmo entre herdeiros, é frequente a venda de documentação tida por economicamente valiosa, seja pela oportunidade de negócio, seja por desconhecêrem ou desvalorizarem a importância de manterem o arquivo íntegro e coeso.

Face à ausência de uma parte importante da documentação necessária para o estudo do produtor, a ser descrito no campo “história biográfica”, tem, necessariamente, de recorrer-se a fontes externas ao fundo. Para este conhecimento, BONAL ZAZO (2000: 176)⁵³ recomenda, além do material arquivístico, a “bibliografia”, a que acrescentamos outras fontes fidedignas, nomeadamente: fundos de instituições que o produtor tenha frequentado ou onde tenha exercido funções⁵⁴, arquivos de pessoas com quem tenha estabelecido relações, ou outros arquivos, desde que credíveis e, preferencialmente, constituídos por documentos primários⁵⁵.

⁵² A título ilustrativo, o arquivo produzido por António da Rocha Madahil encontra-se fragmentado e disperso por diversos Arquivos. Além do existente no AUC, que aqui foi entregue pelo seu bisneto, conseguimos localizar documentação na Torre do Tombo, com a referência: PT, DGLAB, António da Rocha Madahil (F). Código de referência: PT/TT/ARM, cuja descrição se encontra acessível em: <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=3907959>, e o catálogo do fundo disponível em: <http://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2008/09/Antonio-Rocha-Madahil-Catalogo-final.pdf>. Existe, também, um espólio documental significativo oferecido ao Museu de Aveiro, cujo estudo se encontra acessível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/jspui/bitstream/10316/26431/1/Relat%C3%B3rio%20vers%C3%A3o%20final.pdf>. No Arquivo da Câmara Municipal de Ílhavo existe igualmente um fundo com o seu nome, resultante de dívidas feitas pelo próprio no decurso da criação e direção do Museu Marítimo de Ílhavo e de doações feitas pelo seu filho, após a morte do produtor, cuja descrição se encontra acessível em: <http://www.cm-ilhavo.pt/pages/2998>. Esta fragmentação do arquivo compromete, frequentemente, a compreensão do todo, limitando ou ocultando o conhecimento integral do produtor e do fundo que produziu, como reflexo das suas ações.

⁵³ No quadro proposto pelo autor, os fundos a que se reporta são os produzidos em contexto administrativo, logo, com produção documental “disciplinada”; daí sugerir outras fontes, que julgamos inadequadas para os fundos que aqui nos ocupam.

⁵⁴ A título ilustrativo, para o estudo do campo História, do fundo António Rocha Madahil poderão colher-se informações no arquivo da Universidade de Coimbra, já que o produtor foi aluno e exerceu vários cargos nesta Universidade, aí existindo documentos que atestam diversos atos e permitem definir os arcos temporais do exercício das diversas funções.

⁵⁵ Em Arquivo, designamos por “documentos primários” os originais e por “secundários” os que são feitos a partir de informações colhidas nos primeiros e que, frequentemente, servem de guia para os localizar ou controlar as existências (róis, listas, inventários, catálogos, fichas catalográficas, monografias ou outros).

Uma vez conhecido o produtor, independentemente de se tratar de uma pessoa singular ou de uma família, sentimo-nos habilitados para melhor compreender a razão de ser de cada documento, as relações que existem entre os documentos e o seu produtor e entre os diversos documentos do fundo. Estão, pois, reunidas as condições para dar início à 2ª fase da identificação, em que nos centramos nos documentos produzidos/acumulados – “documents attesting actions⁵⁶ – e nas relações com funções/atividades que os determinaram.

O trabalho do arquivista deve ser pautado, antes de mais, pela isenção, devendo cada opção ser feita após rigorosa ponderação. Tanto quanto possível, o arquivista não deverá deixar que as suas convicções e valores influenciem as suas escolhas. A sua intervenção deverá ser impercetível, isenta e livre de qualquer vício. Só assim o resultado do seu labor poderá propiciar ao investigador o acesso à informação existente no fundo, o mais aproximadamente possível da que o responsável do fundo produziu/acumulou. Este respeito deve ser extensível à organização que o produtor possa ter dado ao seu arquivo.

Como refere Luciana DURANTI, “o original é o documento que mais se aproxima da origem, quer da intenção subjacente à sua criação, quer da vontade do seu criador” (1994a: 61) e favorecer o acesso a cada um desses documentos e revelar o seu contexto de criação devem ser as primordiais (pre)ocupações do arquivista.

Com esse intuito, é fundamental que, sempre que o fundo seja incorporado de forma desordenada ou sem uma organização aparente, se proceda à sua (re)organização.

FRAIZ (1998: 60) refere que é muito raro um fundo pessoal ou familiar chegar a uma Instituição devidamente organizado e ainda mais raro fazer-se acompanhar de um instrumento de descrição que espelhe a classificação atribuída. Os arquivos pessoais e familiares que deram entrada AUC confirmam essa realidade.

Concluídas, pois, as duas fases de identificação, há que conferir (re) organização ao fundo.

Segundo MENDO CARMONA (2004: 45-46), organizar “consiste en establecer la estructura que le corresponde al fondo, una vez realizado el análisis del mismo. Comprende la clasificación y la ordenación”.

CRUZ MUNDET (1994: 239) define classificação como sendo um processo intelectual que “consiste em agrupar hierarquicamente os documentos

⁵⁶ DURANTI, 1994b: 331.

de um fundo”, do qual resulta o quadro de classificação. Referindo-se, especificamente, aos fundos pessoais e familiares, Olga GALLEGO DOMÍNGUEZ (1993: 58) propõe, desde logo, a disposição dos documentos em duas grandes classes: documentos de caráter pessoal e documentos do exercício de cargos/funções⁵⁷.

A este respeito, MENDO CARMONA adverte que a classificação não deve ser criada pelo arquivista porque vem imposta pela própria documentação, devendo aquele “identificarla y, si la documentación se encuentra fragmentada ou desorganizada, entonces sólo le resta reorganizarla, respetando los principios rectores de la archivística”⁵⁸.

Há situações, como algumas que encontramos nos fundos do AUC, em que o próprio produtor criou instrumentos de descrição do fundo⁵⁹. Uns, meros róis de documentos, sem evidenciarem qualquer critério de classificação nem ordenação, servindo, apenas, para controle das existências ou listas de incorporação. Outros, porém, evidenciam já critérios de classificação e ordenação e/ou a “forma como os documentos foram sendo guardados ao longo do tempo”⁶⁰. Há também fundos, de que falaremos mais adiante, que revelam a classificação e a ordenação sem, contudo, apresentarem nenhum instrumento de descrição.

Ao tratar a documentação, o arquivista deve identificar a classificação e a ordenação atribuídas – de forma intencional ou não, expressas de forma explícita ou implícita – pelo produtor do fundo, de modo a que possa traduzir, com o maior rigor possível, as diferentes facetas da vida do produtor, os seus atos, materializados nos documentos, devidamente classificados pelos critérios que adotou e ordenados pela sua sequência que, com grande probabilidade, lhe agilizavam a recuperação da informação.

Assim, sempre que um fundo é acompanhado por um instrumento de descrição feito pelo produtor, a ordenação imposta é mantida, como sinal

⁵⁷ Há diversos autores que alertam para a dificuldade de “distribuir” alguns documentos por estas classes, dado, por vezes, confundir-se as índoles pessoal e profissional das relações. Reportando-se à documentação de arquivos de instituições onde estas destacadas figuras públicas exerceram cargos, Fernanda RIBEIRO diz, mesmo, não “haver uma distinção entre a actividade pública e a privada dessas mesmas pessoas” (2003: 395). SILVA & GONÇALVES (2007: 309) designaram esta separação, em atividades públicas e privadas, por “reduzida dicotomia funcional”, associando esta prática “às convicções clássicas da dita arquivística profissional”. Ver tb. propostas de tratamento, classificação e ordenação apresentadas por GONÇALVES *et al.* (1996: 35 e ss).

⁵⁸ MENDO CARMONA, 2004: 37.

⁵⁹ A título de exemplo, citemos o fundo de Mário Nogueira Ramos; código de referência: PT/AUC/PFM/MNR; datas de produção: 1729-1958.

⁶⁰ ROSA & NÓVOA, 2014: 47.

de respeito pela sua vontade, a não ser que ela não evidencie quaisquer critérios arquivísticos, devendo, neste caso, o arquivista proceder à sua reorganização para potenciar o acesso aos documentos e à informação que encerram, por partir do princípio que o instrumento, ao invés de refletir a organização do fundo, servia, apenas, para controlo das existências.

As bibliotecas nos fundos pessoais e familiares

Sabemos que arquivos, bibliotecas e museus são “«lugares de memória», na expressão cunhada por Pierre NORA”⁶¹, tanto da memória coletiva, como da individual. Pese, embora, partilharem um objeto em comum – a informação –, os acervos que cada um encerra são inquestionavelmente distintos e, por essa razão, não podem ser tratados com recurso a uma mesma metodologia. A natureza orgânica dos fundos arquivísticos determina que o seu conteúdo informacional goze de um tratamento diferenciado do aplicado, por exemplo, às coleções bibliográficas de uma qualquer biblioteca.

Referindo-se não ao objeto em comum mas ao objetivo do tratamento, LIMA (2016), usando as palavras de SCHELLENBERG, recorda que, mesmo admitindo que as técnicas de biblioteca e de arquivo tenham o mesmo objetivo ao “tornar o material acessível ao uso”, é “tão absurdo tratar, da mesma forma, material primário e secundário como o é tratar, de modo idêntico, a matéria-prima e os produtos que se elaboram a partir dela”⁶².

Esta questão assume particular relevância na abordagem dos arquivos pessoais e familiares que, não raras vezes, integram a biblioteca do produtor ou da família⁶³.

Perante isto, o que deve fazer o arquivista?

Também neste caso, a meticulosa análise da coleção e dos livros de que é composta condiciona, em nosso entender, a sua classificação, podendo uns ser incluídos no fundo, em séries que evidenciam as atividades do produtor, enquanto que os outros deverão ser reunidos em coleções distintas, se revelarem alguma característica comum.

⁶¹ NORA (1984) *apud* FRAIZ, 1998: 67.

⁶² SCHELLENBERG (1980) *apud* LIMA (2016: 12).

⁶³ Ilustrando esta situação, citemos o fundo Jardim de Vilhena que, a par de vasta documentação, veio acompanhada pela biblioteca do doador, patenteando a grande maioria dos livros marcas de posse, manifestadas, ora pelo *ex-libis*, ora com anotações manuscritas feitas pelo próprio; a título de exemplo, numa delas, refere a relação de parentesco com o autor.

Se tiverem sido reunidos pelo produtor segundo algum critério (com inscrição do número de registo que os associe a uma coleção, por exemplo), os livros deverão ser mantidos como estão, naturalmente.

Porém, se tal não sucedeu, há várias situações com que nos podemos confrontar, dependendo do que a biblioteca reúne.

Quando os livros são da autoria do produtor do fundo, fará todo o sentido incluí-los nas atividades intelectuais ou científicas – produção literária/científica – materializado, por exemplo, na Sr.: Publicações, a figurar a par das séries Manuscritos, Rascunhos, Ensaios, Provas Tipográficas (dependendo, do que existir!), enquanto materialização da sua atividade.

O mesmo sucederá quando, apesar de não serem de sua autoria, o produtor intervém, de algum modo, na sua elaboração (como revisor de provas, por exemplo), ou quando contenham uma dedicatória dirigida ao produtor, num caso atestando as atividades e noutro evidenciando relações que tem com os autores. Nos casos supracitados, a subordinação hierárquica da série e/ou a sua intitulação deverão esclarecer as razões pelas quais as publicações se encontram no fundo.

Os restantes livros, encontrando-se sem organização definida, devem ser reunidos em coleções, separando os que estiverem anotados, por qualquer razão, ou quando lhes foi impressa uma qualquer marca de posse (ex-libris, por exemplo, ou anotações que os “filiem” ao produtor do fundo) numa coleção (e.g. Col.: Publicações com marca de posse) e os que não apresentem qualquer evidência de pertença ao produtor do fundo noutra coleção (e.g. Col.: Publicações sem evidência de posse).

Esta segmentação poderá, à primeira vista, constituir um entrave ao acesso aos títulos da biblioteca, sendo uma lista alfabética das publicações mais expedita à sua recuperação. Porém, essa lista deixaria de evidenciar as razões que presidiram à inclusão de cada livro na biblioteca do produtor do fundo, passando a ser uma mera coleção bibliográfica e ocultando as relações orgânicas com o produtor. Os investigadores dos fundos pessoais e familiares, regra geral, não consultam estas bibliotecas para encontrar uma ou outra publicação, pois, para isso, têm as bibliotecas com depósito legal; a sua pesquisa visa, antes, conhecer melhor o produtor do fundo (atividades, interesses, passatempos, relações, ... que testemunhem o curso da sua vida).

Creemos, pelo exposto, que qualquer outra tentativa de reorganização, baseada numa metodologia distinta, servirá outros fins que não os arquivísticos.

Reiterando o que tem vindo a ser dito, toda a intervenção deve ser meticulosamente pensada e realizada, para não incorrer no risco de “destruir” a organização dada pelo próprio produtor⁶⁴.

Breve análise do fundo António Rocha Madahil

Para averiguar a aplicabilidade destes pressupostos teóricos e metodológicos, debruçemo-nos, ainda que de modo superficial, sobre o fundo do Dr. Rocha Madahil, o qual veio a revelar diversas situações que interpelam as práticas arquivísticas, pelas dúvidas que suscitam, no confronto entre a teoria e a prática.

Começemos, então, por identificar o produtor e o percurso da sua vida para, em seguida, nos debruçarmos sobre a documentação e tentarmos esboçar um primeiro ensaio da tabela de classificação do fundo.

O fundo é composto por três unidades de instalação; ora, de acordo com GONÇALVES (1996: 31), os fundos pessoais e familiares só devem ser classificados se tiverem uma dimensão superior a este número, julgando ser preferível manter os documentos numa “única coleção”, ordenando-os cronologicamente, nos casos de menor dimensão⁶⁵.

Perguntamos, então: devemos individualizar os documentos para os ordenar por ordem cronológica?

Separámos “evidentes” classes e/ou processos?

Estamos convictos que essa não será a melhor metodologia a adotar, independentemente da dimensão do fundo, por risco de quebra irreversível de relações que podem revelar informações além das inscritas nos docu-

⁶⁴ Já anteriormente referimos o facto de, em determinada época, ter sido comum a elaboração de catálogos, individualizando cada documento numa capilha, com a descrição de um breve sumário, uma prática catalográfica visivelmente importada da metodologia de descrição adotada nas bibliotecas. Tal prática, porém, determinou, em muitos casos, a fragmentação de processos, levando à perda de relações entre os documentos, o que, indiscutivelmente, condicionou a apreensão do seu conteúdo informacional. Tal como sucede noutras áreas do saber, também aqui o todo representa mais do que a soma das partes. O fundo Albino Maria Cordeiro terá sido integralmente separado por documentos, não sendo possível, sem um grande esforço, reconstituir as relações entre alguns documentos que, com forte probabilidade, constituíam processos que só faziam sentido com a reunião do conjunto.

⁶⁵ Julgamos que, para a recuperação da informação, há vantagem em classificar os documentos em séries documentais (segundo as tipologias, por exemplo), ordenando-os cronologicamente dentro de cada série, mesmo perante fundos de reduzida dimensão que tenham sido “fragmentados” em documentos simples. De acordo com SILVA (2015: 123), por vezes “o que parece mais pequeno e simples pode ser bem mais complexo que o que parece enorme e complicado”.

mentos. Como refere DURANDI (1994b: 335), os documentos estão ligados entre si pela relação que surge no momento em que são produzidos, determinados pela razão da sua criação, podendo a quebra destas relações comprometer o seu entendimento.

Mas, à data, esse não foi o entendimento e, das duas caixas e uma pasta que o constituem, uma caixa terá sido alvo de intervenção, individualizando cada documento por capilha (ainda sem inscrição de sumário, presumivelmente por o processo não ter sido concluído).

As outras unidades de instalação conservam os documentos tal como, presumimos nós, foram entregues. Os documentos encontram-se em envelopes e bolsas, evidenciando uma organização por critérios mais ou menos evidentes⁶⁶, estando reunidos por temas, provavelmente associados a projetos de investigação/publicação. Entre estes, merece especial referência a documentação para a elaboração de um estudo sobre o Infante D. Pedro: maço de fichas com referências bibliográficas (ordenadas alfabeticamente e por apelido do autor), transcrição de documentos de D. Pedro (ordenação cronológica), correspondência com diversos intelectuais de renome, portugueses e estrangeiros, relativa ao tema (ordenada por remetente e cronológica, dentro de cada um deles), listas com a cronologia de acontecimentos ligados ao 1.º Duque de Coimbra (1392 - †1449), entre outra documentação.

Num outro envelope, temos um conjunto de cartas autógrafas de João Pedro Ribeiro (1758 - †1839), transcrições de diversos documentos da Universidade de Coimbra e correspondência, a respeito deste renomado erudito, escritor e paleógrafo.

Há ainda envelopes com uma reunião de documentos de uma mesma tipologia⁶⁷, tais como correspondência, de que destacamos os convites para o desempenho de cargos de prestígio (como o de Vice-chairman, representante de Portugal, no "Roerich Pact Banner of Peace Committee", em 1946), cartões de identificação/inscrição/filiação em instituições de diversa nature-

⁶⁶ É perceptível a adoção de diversos critérios, não sendo alguns os mais comuns na arquivística; porém, julgamos haver vantagem em preservar a documentação tal como foi originalmente organizada, por ser a que melhor corresponde às necessidades de recuperação de informação e dado que também estas informações revelam algumas facetas do produtor do fundo e da sua metodologia de organização.

Para estudos mais detalhados sobre critérios de classificação e ordenação destes fundos, Cf. GONÇALVES *et al.* 1996: 135 e ss.

⁶⁷ OLGA GALLEGO apresenta uma lista com a designação de algumas tipologias documentais mais comuns nestes fundos (1993: 80 e ss).

za ou as coleções de ex-libris do próprio produtor⁶⁸, recortes de imprensa, convites para atividades culturais, entre outras.

Assim, a partir da análise desta documentação, que se manteve intacta, foi possível elaborar um primeiro ensaio de um quadro de classificação para a descrição do fundo do Dr. António da R. Madahil.

À medida que fomos identificando a documentação, revelaram-se três secções distintas; destas destacam-se algumas subsecções e as séries produzidas/reunidas nesse contexto:

Sec.: Documentos pessoais:

Sr.: Cartões de identificação/afiliação institucional

Sr.: Convites

Sr.: Correspondência

Col.: Ex-libris

Ssec.: Formação académica

Sr.: Boletins de notas

Sr.: Diplomas

Sec.: Documentos profissionais:

Ssec: Exercício de funções públicas⁶⁹

Sr.: Convites para o exercício de funções

Sr.: Correspondência⁷⁰

Sr.: Recibos de vencimento

Sr.: Termos de posse

Ssec: Exercício de funções privadas⁷¹

Sr.: Convites para o exercício de funções

Sr.: Convites para participar em atividades culturais

Sr.: Convocatórias

⁶⁸ A este tempo, não conseguimos apurar se se tratou de várias propostas – de diversos estilos e autores – de que resultou a escolha de uma versão ou se foram diversos os *ex-libris* que adotou ao longo do tempo. Esta informação poderá ser testada quando conseguirmos consultar a sua biblioteca pessoal ou outras frações do seu arquivo.

⁶⁹ As funções deverão ser ordenadas cronologicamente se assíncronas (evidenciando, deste modo, a sequência dos acontecimentos na vida do produtor) e alfabeticamente (se coincidir o seu exercício). As séries são associadas ao exercício de cada uma das funções/cargos. Dentro de cada função, as séries existentes deverão ser ordenadas alfabeticamente, dado não termos a totalidade do arquivo; se tivéssemos, o mais correto seria uma ordenação cronológica, por evidenciar o início das atividades e a sequência dos atos.

⁷⁰ No caso da correspondência, o critério de ordenação mais frequente poderá ser por remetente/destinatário (se o volume e a pertinência o justificarem) e cronologicamente, dentro de cada uma destas classes.

⁷¹ Desempenho de diversos cargos em associações desportivas, humanitárias, culturais, entre outras.

Sr.: Projetos de investigação⁷²

Dc.: D. Pedro

Dc.: João Pedro Ribeiro

Sec.: Coleções:

Col.: Coleção da portada de livros impressos

Col.: Coleção de recortes de imprensa

Col.: Cópias de documentos antigos

Estes conjuntos revelam a existência de critérios de reunião dos documentos que colocam em evidência as relações existentes entre eles e o seu produtor e entre os próprios documentos.

Só com muito tempo e esforço de análise conseguirão ser restituídas as relações da caixa já intervencionada. Isto aconteceu porque, à época, o tratamento mais comum era a elaboração do catálogo. Em 1996, GONÇALVES⁷³ recomendam que “sendo a classificação imposta pela natureza dos próprios documentos, o arquivista deve deixar guiar-se por eles, elaborando um quadro de classificação que reflecta a sua ordem natural”.

Julgamos, pela situação relatada, respeitar esta organização bem notória, já que põe em evidência facetas do seu produtor (atividades, passatempos, relações), bem como a sua capacidade organizativa, o que vem corroborar as palavras de FRAIZ⁷⁴ quando afirma que: “a ordem na qual os documentos foram organizados pode trazer alguma luz sobre a natureza do arquivo e de seu criador”.

O fundo do Dr. Rocha Madahil revela um investigador, um filantropo e um intelectual multifacetado e seria uma pena não espelhar-mos essa diversidade na classificação, apesar de só termos três unidades de instalação, ilustrando o contexto em que os documentos foram produzidos.

A este respeito, concluímos que a organização dada aos documentos – preferencialmente quando feita pelo próprio produtor – deve ser preservada, tanto quanto possível, por acrescentar primorosa informação a respeito de quem a produziu e a organizou, enquanto evidencia o conteúdo do fundo e as relações que estabelece com o contexto de formação.

⁷² Documentos de produção intelectual ou científica (rascunhos de artigos, provas tipográficas, transcrições, transcrições de documentos, correspondência com diversos intelectuais sobre o tema, conjunto vastíssimo de fichas bibliográficas, entre outros).

⁷³ GONÇALVES, 1996: 35.

⁷⁴ FRAIZ, 1998: 63.

Quanto aos fundos que são incorporados sem qualquer ordem aparente⁷⁵, torna-se imprescindível – em respeito pelo princípio da ordem original, que “determina que os arquivos (...) conservem a ordenação estabelecida no órgão de origem”⁷⁶ – reorganizar a documentação, para evidenciar o contexto de produção e o conteúdo informacional do fundo.

Porém – e voltando ainda ao fundo em análise, por servir de exemplo ao que sucede em tantos outros – frequentemente encontramos documentos de diversas proveniências (uns originais e outros transcritos) cuja relação com o produtor ainda não conseguimos discernir, até à presente data, tal como já mencionámos anteriormente. Referimos, para exemplificar, o “rol de doações e mais títulos do Cabido da Sé de C.^a”, sendo este, em nosso entender, pertença inequívoca do fundo do Cabido da Sé de Coimbra, igualmente existente neste Arquivo.

Como exemplo de cópia, referimos a transcrição da carta de Manuel Godinho de Eredia, dirigida ao Vice-Rei da Índia [Aires de Saldanha?], com a planificação do “descobrimento da ... Ilha do Oro”.

Ambos os documentos nos suscitam a seguinte questão:

Como destacar documentos importantes que, sem razão aparente, existem no fundo, mas de que não se consegue justificar a sua permanência naquele contexto?

O segundo suscita, ainda, uma outra questão: não se tratando de um documento de arquivo – já que é de uma cópia que estamos a falar⁷⁷ – o original estará acessível? Haverá forma de aceder ao conteúdo informacional do que aqui está representado? Como devemos, então, proceder enquanto arquivistas? Devemos preservar só os documentos de arquivo ou, pela riqueza da informação que encerram, incluir as cópias⁷⁸ na descrição dos fundos, mesmo desconhecendo o seu contexto de criação?

⁷⁵ O EGAD (Experts Group on Archival Description), no documento que propôs à discussão, admitiu a existência de situações como estas, referindo: “fonds may arrive in an archive with no discernible order. In such cases, the archivist is tasked with reconstructing it, as well as is possible, based on evidence embodied in the records themselves” (ICA, 2016: 5).

⁷⁶ HEYMANN, 1997: 43.

⁷⁷ Apesar de as ODA (Portugal. DGARQ, 2007) mencionarem a possibilidade de integrar nos fundos documentos não originais, devendo esse facto ser declarado pela “tradição documental”, as cópias a que aqui nos reportamos, em concreto, referem-se a documentos que não são relativos a atos que, de forma direta nem indireta, se relacionam com o produtor do fundo. Por esta razão, julgamos haver a probabilidade de estas cópias poderem ser consideradas alheias ao fundo, a menos que se identifique uma qualquer relação entre a existência da cópia e algum ato ou atividade desenvolvidos pelo produtor do fundo.

⁷⁸ Identificar os tipos distintos de cópia nas ODA (Portugal. DGARQ, 2007: 298).

Esta mesma dúvida é extensível à documentação eminentemente não arquivística, e.g. documentação para elaboração de autobiografia.

O que fazer nestes casos?

Cremos que cada caso terá de ser analisado de *per se*.

Neste fundo deparamo-nos, ainda, com documentação de data posterior à morte do produtor, dirigida à viúva e ao filho do Dr. António Rocha Madahil, uma apresentando condolências e outra relativa a homenagens a título póstumo⁷⁹. Não tendo (pelo destinatário, assunto e data) sido a documentação acumulada pelo autor, mas a ele respeitando, uma nova questão se coloca:

De que modo devemos integrar e classificar estes documentos no fundo? Constituir um fundo de família?

Tal não nos parece vantajoso, já que, ao criar o fundo da família Madahil, as subdivisões que iriam surgir⁸⁰ poderiam secundarizar o conteúdo informacional do primordial responsável, bem como ofuscar o contexto de produção.

Neste caso em concreto, julgamos mais razoável criar dois pequenos sub-fundos, sendo um da esposa e outro do filho, e aí integrar as comunicações dirigidas a cada um deles⁸¹. Nos campos da data de produção e de acumulação, deverão ser assinaladas as discrepâncias entre a vigência do produtor e as datas posteriores e, sendo necessário, acrescentar uma nota que esclareça as discrepâncias entre estas e justifique as opções da classificação adotada.

⁷⁹ ROSELL LEÓN (2006) refere que nos arquivos pessoais também podem existir “documentos referentes a los familiares más cercanos (cónyuge, hijos, padres, hermanos) porque no se puede aislar al individuo de este contexto”. Porém, sendo a acumulação destes documentos posteriores ao termo da vida do produtor, assalta-nos a dúvida se incluí-los no fundo será o mais correto, em termos arquivísticos. Dúvida que sobrevém, desde logo, do conceito de fundo, mais concretamente da expressão: “no decurso das suas actividades e funções” (DGLAB, 2007: 302).

⁸⁰ A título de exemplo, citemos as opções de três autores para a classificação de arquivos pessoais e de família: LIMA (2015: IV e ss), no “quadro de classificação do arquivo familiar Benito Maçãs”, identifica diversas secções: a primeira de “gestão patrimonial”, a segunda de “gestão financeira e contabilística” e as restantes identificadas pelo nome de cada elemento da família. MENESES (2006: 155), ao abordar o Arquivo do Arcebispo Primaz de Braga, classifica-o em diversas secções, entre elas “Câmara eclesiástica”, “Apostólico”, “Registo Geral” e “Resíduos”. É, pois, evidente a descrição de atributos, ou entidade arquivística, diferenciados (órgão, funções, atividade e/ou tarefa) num mesmo nível de descrição. Por seu turno, SILVA (1997: 91) propõe a secção como nível de descrição para acomodar a documentação de cada geração da família. Do nosso ponto de vista, estando a classificação dependente da documentação que chegou até nós, alguns trabalhos poderão servir de exemplo, mas nenhum de bitola para a criação do quadro de classificação de qualquer fundo que estejamos a estudar.

⁸¹ Para todos os efeitos, a informação veiculada por estas comunicações continua a evidenciar muito mais as relações que o produtor do fundo tinha com pessoas e instituições que remetaram a correspondência do que as eventuais relações que esses remetentes poderiam ter com o filho ou a esposa do Doutor Rocha Madahil, já que se reportam sempre à morte deste último.

Uma vez identificados o produtor e a documentação do fundo e definidos os critérios dos processos de organização (classificação e ordenação) – de que resulta o quadro de classificação⁸² – procedemos à ordenação dos documentos, ao acondicionamento e à cotação, para que a recuperação seja expedita, promovendo o acesso à informação e a preservação das espécies, evitando manipulações excessivas/desnecessárias.

Aferida esta aplicabilidade ao fundo pessoal, os fundos familiares assumem igual possibilidade, reservando à família o primeiro nível de descrição (produtor do fundo) – associando a este nível as séries documentais que são produzidas e acumuladas pelas sucessivas gerações – e aos elementos que a constituem, enquanto produtores de documentação, os níveis de descrição (intelectual) subsequentes, respeitando a hierarquia dos níveis. O quadro de classificação será sempre determinado pelos documentos do fundo, devendo a organização dos níveis superiores respeitar a genealogia da família. Nesta conformidade, podemos afirmar que os “arquivos de família apresentam uma estrutura e permitem um tratamento descritivo e organizativo que os assemelha, sem discussão possível, a fundos de origem pública”⁸³.

Descrição e comunicação dos fundos

Concluído todo este processo de tratamento documental, estão reunidas as condições para se proceder à descrição multinível do fundo.

Seguindo de perto as diretrizes preconizadas pelas normas internacionais e pelas orientações que as clarificam e concretizam, procedemos à descrição normalizada de cada nível hierárquico, começando, naturalmente, pelos níveis superiores – o fundo – até, sempre que possível, ao mais elementar – o ato.

Estas descrições devem ser representações fiéis das unidades de descrição, “consistentes, apropriadas e autoexplicativas”⁸⁴, adequando a informação veiculada ao nível descrito. Assim, a descrição do documento deve, para além de refletir o ato que materializa, revelar as “circunstâncias em que foi produzido” e as “relações orgânicas que mantém com outros itens do arquivo”⁸⁵.

⁸² GONÇALVES *et al.* (1996: 56-57) apresentam uma proposta de “Plano de Classificação” meramente ilustrativo das secções, classes e tipologias documentais mais comuns entre os Arquivos pessoais e familiares. Não se confunda, porém, com um quadro “apriorístico”, já que o quadro de classificação do fundo é estritamente determinado pela documentação existente.

⁸³ F. Borja de AGUINAGALDE (1991), *apud* PEIXOTO (2002: 81).

⁸⁴ RUNA, 2007: 2.

⁸⁵ CAMARGO, 2009: 31.

No AUC, as descrições são feitas no *backoffice* da plataforma de Descrição Arquivística Archeevo que, através do *frontoffice*, as disponibiliza para pesquisa interna e externa, via *web*.

Os instrumentos criados a partir destas descrições agilizam a comunicação da informação e a interoperabilidade dos registos entre sistemas e potenciam a recuperação e o acesso ao conhecimento.

A divulgação via *web* dos registos torna-se particularmente relevante nesta tipologia de arquivos, já que, tal com anteriormente referimos, há inúmeros fundos que se encontram fragmentados em pequenas parcelas e dispersos por diversos Arquivos⁸⁶.

Como referem os citados Arquivistas Holandeses, “os vários documentos de um arquivo lançam luz uns sobre os outros”⁸⁷; daí a vantagem de permanecerem juntos e de conhecer a totalidade dos fundos. Na impossibilidade de se reunirem fisicamente, na descrição do fundo, através do preenchimento do campo “Unidades de descrição relacionadas”, o arquivista elucida o investigador sobre a existência de outros núcleos documentais com algum tipo de relação⁸⁸ com o descrito. Deste modo, a informação documental de um mesmo fundo fica reunida – ainda que apenas virtualmente.

Estas descrições normalizadas, reunidas e acessíveis na *web*, permitiriam o recenseamento dos arquivos pessoais e familiares, de que Abreu PEIXOTO⁸⁹ nos fala, de forma a todos sabermos “o que existe, como existe e onde existe”; deste modo, o labor colaborativo dos arquivistas – feito mediante a criação de registos com edição colaborativa, em rede, em ambiente digital – agilizará, em grande medida, o trabalho do investigador.

Todos estes procedimentos assumem particular relevância quando feitos de forma normalizada e quando às descrições são associadas as reproduções digitais dos documentos.

Reflexões e considerações finais

Um olhar mais demorado sobre os fundos pessoais e familiares do AUC corroborou o que já é afirmado na grande maioria da literatura que versa este tema: “os arquivos de família são conjuntos documentais de notável

⁸⁶ Cf., e.g. Fundo António Rocha Madahil, já referido em nota de rodapé.

⁸⁷ MULLER, FEITH & FRUIN, 1973: 31.

⁸⁸ Cf. tipos de relações entre as unidades de descrição (D GARQ, 2007: 115).

⁸⁹ PEIXOTO, 2002: 84).

interesse” (ROSA, 2009: 9), pela sua importância em termos informacionais e pela singularidade de cada arquivo.

Ressalta, ainda, a sua grande exiguidade⁹⁰. Estes fundos são escassos fragmentos, correspondentes a uma ínfima parte do que o seu produtor produziu e acumulou, reunidos com ou sem critério, e só muito excepcionalmente são acompanhados por instrumentos que atestam a intencionalidade da organização atribuída.

A esta seleção, mais ou menos intencional, acresce ainda a pulverização dos arquivos por diversas instituições, o que reduz, ainda mais, a fração dos documentos que, frequentemente, constituem o fundo, destruindo a sua hipotética organização e comprometendo a sua plena compreensão.

Também por estas razões, ninguém deve efetuar qualquer intervenção com vista ao tratamento arquivístico da documentação de um fundo sem ter um domínio integral da terminologia, dos princípios e da metodologia em que este deve assentar, pelo risco de desestruturar o fundo, frequentemente já em avançado estado de desorganização.

A (re)organização pressupõe um apurado trabalho de identificação do produtor e dos documentos do fundo.

Reconstituir o contexto de produção, dando luz à razão de ser de cada documento, é fundamental para que a informação que encerram se converta em conhecimento da vida e obra do seu produtor. Porém, um estudo tão metucioso como o que exige essa reconstrução nem sempre é compatível com a escassez de recursos com que as instituições se debatem na atualidade.

Concluimos, pelo exposto, não haver qualquer razão para que os arquivos pessoais e familiares sejam tratados de modo diferenciado dos demais. A unicidade que os caracteriza é, em tudo, semelhante à de todo e qualquer arquivo e deve ser vista como mais uma fonte de informação, inestimável, para a “construção da memória social e coletiva” (BELLOTTO, 1998: 204).

Efetuada o tratamento, é imperioso descrever os fundos de forma normalizada, o mais completa possível, e fazer a sua divulgação, via *web*, para que todo o investigador possa saber da sua existência, do conteúdo e contexto de produção e dos fundos que com ele se relacionam, ainda que dispersos por outros Arquivos.

Desta brevíssima análise sobrevêm, ainda, algumas questões que deixamos em aberto, por reconhecida falta de resposta ou pelas dúvidas que

⁹⁰ SILVA (2004: 62) sugere a “necessidade de regular, legalmente, a incorporação em Serviços de Arquivo e de Biblioteca públicos dos acervos familiares e pessoais, evitando, assim, a sua fragmentação, venda e destruição”.

nos ocorrem, lançando o repto aos investigadores da área para futuras reflexões.

Bibliografia

- ARITÈRES, P. (1998) – *Arquivar a própria vida. Estudos Históricos*. 11 (21), p. 9-34.
Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>.
- BELLOTO, H. L. (1998) – *Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 201-208.
- BELLOTTO, H. L. (2004) – *Arquivos permanentes: tratamento documental*. FGV Editora.
- BONAL ZAZO, J. L. & GENERELO LANASPA, J. J. & DE DIEGO, C. T. & LEÓN, J. C. (Eds.). (2000) – *Manual de descripción multinivel: Propuesta de adaptación de las normas internacionales de descripción archivística*. Salamanca: Junta de Castilla León, Consejería de Educación y Cultura.
- CAMARGO, A. M. D. A. (2009) – *Arquivos pessoais são arquivos. Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte*. (2), p. 26-39.
- CASTRO, Maria João (1999) – *Guia das Coleções particulares do A.U.C. Boletim de arquivo da Universidade de Coimbra*. Vol. XIX-XX, p. 309-327.
- COOK, T. (1998) – *Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. Revista Estudos Históricos*. 11(21), 129-150.
- CRUZ MUNDET, J. R. (1994) – *Manual de archivística*. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruiperez/Pirámide.
- DUCROT, A. (1998) – *A classificação dos arquivos pessoais e familiares. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 151-168.
- DURANTI, L. (1994a) – *Registros documentais contemporâneos como provas de ação. Revista Estudos Históricos*. 7(13), p. 49-64.
- DURANTI, L. (1994b) – The concept of appraisal and archival theory. *The American Archivist*. 57(2), p. 328-344.
- ESTEBAN NAVARRO, M. A. (1995) – *Fundamentos epistemológicos de la clasificación documental. Revista Scire*. Zaragoza. 1(1), p. 81-101.
- FRAIZ, P. (1998) – *A dimensão autobiográfica dos arquivos pessoais: o arquivo de Gustavo Capanema. Revista Estudos Históricos*. 11(21), p. 59-88.
- GALLEGO DOMÍNGUEZ, O. (1993) – *Manual de archivos familiares*. Madrid: ANABAD.
- GONÇALVES, M. S. et al. (1996) – *Arquivos de família: organização e descrição*.
- GUEDES, G. M. F. (2015) – *Identificação, organização e comunicação da informação em Arquivos: O fundo do Mosteiro de Jesus de Aveiro (1338-1873) incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra*.
- HEYMANN, L. Q. (1997) – *Indivíduo, memória e resíduo histórico: uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso Filinto Müller. Revista Estudos Históricos*. 10(19), p. 41-60.
- HEREDIA HERRERA, A. (2010) – La CNEDA: un Nuevo modelo conceptual de descripción archivística. *Arche-e: Revista andaluza de archivos*, (3), 164-169.

- ICA-EGAD (setembro 2016) - *Records in contexts: a conceptual model for archival description*. Consultation Draft v 0.1. [Em linha]. ICA. Disponível em WWW: <URL: <http://www.ica.org/en/egad-ric-conceptual-model> >.
- ISAD(G). (2002) – *Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística*: adoptada pelo Comité de Normas de Descrição, Estocolmo: Suécia, 19-22 de Setembro de 1999/ Conselho Internacional de Arquivos; trad. Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo. - 2ª ed.- Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/ Torre do Tombo.
- LIMA, L. F. H. (2016) – *Estratégias de classificação dos arquivos familiares e pessoais contemporâneos: o exemplo do arquivo da família Benito Maçãs* (Doctoral dissertation).
- LOPEZ, A. P. A. (2000) – *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. São Paulo: FFLCH-USP.
- MENDO CARMONA, C. (2004) – *Consideraciones sobre el método en Archivística. Documenta & Instrumenta-Documenta et Instrumenta*. 1, p. 35-46.
- MENESES, Ana Sandra (2006) – *Arquivo do arcebispo primaz de Braga*. Braga: Universidade do Minho.
- MÜLLER, S., FEITH, J. A. & FRUIN, R. (1973) – *Manual de arranjo e descrição de arquivos. Tradução de Manuel Adolfo Wanderley*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil. (Originalmente publicado em 1898).
- NP 4041 (2005) – *Norma Portuguesa para Informação e Documentação, terminologia arquivística, conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- ODA (2007) – *Orientações para a descrição arquivística*. 2ª V. Lisboa: DGARQ.
- PAIVA, J. P. (2015) – *Guia de Fundos do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press. Disponível em: http://www.uc.pt/auc/fundos/2015_GuiaFundos.
- PEIXOTO, Pedro (2002) – *Perspectivas para o futuro dos arquivos de família em Portugal. Páginas a&b*. Nº1, p. 77-90.
- RIBEIRO, Fernanda (2003) – *O acesso à informação nos arquivos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. (Textos universitários de ciências sociais e humanas).
- RIBEIRO, Fernanda (2012) – Antes e para além do Arquivo Nacional: ruturas e continuidades. Maria de Lurdes Rosa (org.) - *Arquivos de família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro*. Lisboa: IEM-Instituto de Estudos Medievais. p. 46-58.
- RODRIGUES, A. M. L. (2006) – *A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. Perspectivas em ciência da informação*. 11(1), p. 102-117.
- ROSA, M. D. L., (2009) – Problemáticas históricas e arquivísticas actuais para o estudo dos arquivos de família portugueses (Épocas Medieval e Moderna). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, (9).
- ROSA, M. D. L., (ed.) (2012) – *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, CHAM – Centro de História de Além-Mar e Editora Caminhos Romanos.
- ROSA, M. D. L., & NÓVOA, R. S. D. (2014) – *Arquivos de família: memórias habitadas: guia para salvaguarda e estudo de um património em risco*.
- ROSELL LEÓN, Y. (2006) – *La descripción como parte del tratamiento de los archivos personales en el siglo XXI: en busca de nuevas alternativas*. *Acimed*. 14(5), 0-0. Disponível

em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?pid=S1024-94352006000500018&script=sci_arttext&tlng=en.

- RUNA, L. (2007, March) – *Orientações para a descrição arquivística: normalizar para partilhar e recuperar*. In *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. Nº 9. Lisboa: BAD.
- SILVA, A. B. M. (1997) – Arquivos de família e pessoais: bases teórico-metodológicas para uma abordagem científica. *Seminário sobre Arquivos de Família e Pessoais, 1997*, p. [51] -106.
- SILVA, A. B. M., (2004) – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista de Ciências e Técnicas do Património*, 55-84.
- SILVA, A. B. M. (2015) – Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, (1), 103-124.
- SILVA, A. B. M., & GONÇALVES, M. F. S. (2007) – Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um processo sistémico. *Revista de letras, série 2, n. ° 6, p. 305-317*.